

FALE COM A GENTE!

Editores Leopoldo Figueiredo
E-mail portomar@atribuna.com.br
Telefone 2102-7269

DESTAQUE DO DIA

PORTO & MAR

Porto mudará serviço ferroviário

Medida foi anunciada pelo ministro da Infraestrutura ontem, durante sua participação no Webinar Porto & Mar 2020, do Grupo Tribuna

FERNANDA BALBINO

DA REDAÇÃO

Em cerca de um mês, o Ministério da Infraestrutura (Minfra) abrirá consulta pública para definição do novo modelo de concessão ferroviária do Porto de Santos. Uma das possibilidades é a criação de uma sociedade de propósito específico (SPE), formada por empresas que atuam no setor. Se a ideia não prosperar, o plano é incluir as linhas férreas que dão acesso ao complexo no projeto de desestatização da administração do cais santista, que deve acontecer em 2022.

A estratégia foi anunciada pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, durante sua participação, ontem, no 14º Webinar Porto & Mar 2020 – promovido pelo Grupo Tribuna e transmitido pelo YouTube (no canal de A Tribuna) e pelo Facebook (www.facebook.com/grupo.tribuna/). No evento, com mediação do editor de Porto & Mar, Leopoldo Figueiredo, o executivo falou sobre as expectativas para os novos arrendamentos no Porto, dos investimentos em acessos ao cais santista e do processo de desestatização da Autoridade Portuária de Santos (novo nome da Codesp).

Hoje, o serviço de transporte ferroviário e a sua infraestrutura no Porto estão sob responsabilidade da Rumo Logística (Grupo Cosan). Mas, segundo o ministro, o contrato está nos últimos anos – sua validade termina em 27 de junho de 2025 – e não será renovado. “Não vai haver prorrogação do contrato da Portofer.



No webinar, Tarcísio Gomes de Freitas também respondeu a perguntas de convidados, como o presidente da Praticagem, Carlos Alberto de Souza Filho

Esta é a primeira coisa que tem que ficar clara. O arrendamento vai acabar. De qualquer maneira, sai da mão do atual concessionário. Existem duas possibilidades: ou entra na concessão do Porto, o concessionário do Porto no processo de desestatização vai assumir a gestão da ferrovia, ou a gente monta a SPE. O modelo da SPE, pra mim, é o modelo preferido porque tem similares em outros lugares do mundo”, destacou Freitas.

Segundo o ministro, a SPE seria formada pelas

empresas ferroviárias que atuam no Porto. A ideia é que todos sejam sócios e fiquem responsáveis pela administração e operação do serviço. “Eles vão ser responsáveis pelo investimento. Nós vamos ter as regras de governança, vamos ter a equação tarifária de maneira de que todos os operadores que chegam a Santos sejam sócios da SPE, como é o modelo de Chicago, por exemplo”.

Mas, para que isto se torne realidade, é necessária uma agenda intensa com o Tribunal de Contas da

União e o Ministério Público Federal, que acompanham o tema. Segundo Freitas, a situação atual da Portofer não é a situação desejada e precisa ser resolvida.

“Vamos estabelecer as regras de governança, de investimento e de equação tarifária para a gestão das (linhas) que chegam em Santos. Eles vão ser responsáveis pelo investimento, pela tarifa e todo mundo é sócio. Se isso não prosperar, vai para o modelo de concessão e, em 2022, quando fizer o leilão, a gestão da concessão ferroviária

vai estar incluída”, afirmou o ministro.

INVESTIMENTOS

A definição do modelo de concessão ferroviária é importante porque vai determinar quando e como serão feitos os investimentos em acesso ao Porto. A expectativa é de que R\$ 1,9 bilhão sejam investidos em obras necessárias para ampliar a capacidade de transporte ferroviário de cargas no cais santista.

Entre elas, está a construção da pera ferroviária na região de Outeirinhos, alvo

de uma disputa judicial entre o Governo Federal e o Grupo Marimex – a pera passará pela área arrendada à empresa e, por isso, o contrato de arrendamento, que venceu em maio, não foi renovado.

“O investimento no acesso ferroviário vai sair, não há dúvida disso. É absolutamente normal ter empresa com arrendamento, que se encerrou em 2020, e quer prorrogar contrato. Observe, prorrogar é opção da administração”, disse o ministro Tarcísio Gomes de Freitas.

Ministro prevê grande competição em leilão

Os leilões dos lotes STS14 e STS14A do Porto de Santos, que acontecerão amanhã, vão marcar a inauguração da vertente progressiva do Programa Pró-Brasil, do Governo Federal. Além disso, também abrem uma nova fase em que os valores arrecadados com outorgas serão investidos no cais santista. A previsão é de que o montante seja investido em obras de infraestrutura. Já os leilões do STS08 e do STS08A, áreas onde serão implantados terminais de granéis líquidos, devem ficar para o ano que vem.

O STS14 e o STS14A serão destinadas à movimen-

tação de celulose. Elas estão localizadas na região da Ponta da Praia. O lote STS14 possui 44,5 m² e o STS14A, 45,17 m². Ambos contam com conexões rodoviárias e estão localizados ao lado das linhas férreas do Porto.

O prazo contratual para quem arrematar a área STS14 será de 25 anos. A receita brutal global do contrato alcança os R\$ 2,19 bilhões. O arrendatário fará um investimento de R\$ 186,8 milhões ao longo do contrato. No caso da área STS14A, o prazo contratual também será de 25 anos. A receita brutal global do contrato alcança

os R\$ 2,19 bilhões. O arrendatário fará um investimento de R\$ 193 milhões.

Segundo o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, cada área recebeu mais de uma proposta e, por conta disso, o Governo Federal espera uma grande competição entre os concorrentes. Destacou, ainda, que ações na Justiça que tentam impedir o certame não preocupam a pasta.

“A estruturação foi baseada na questão da defesa de concorrência. Eu posso escolher maior outorga por menor concorrência ou menor outorga por maior concorrência. E, no final das

contas, prosperou a tese de que a gente precisa de maior concorrência”, explicou o ministro.

STS08 E STS08A

Já os leilões dos lotes STS08 e STS08A, na área operada atualmente pela Transpetro, na Alemoa, devem ficar para o ano que vem, segundo o ministro. A ideia é protocolar, no próximo mês, os estudos no TCU.

As duas áreas receberão investimentos de R\$ 1,4 bilhão da iniciativa privada após os arrendamentos. Segundo autoridades da área, serão as maiores licitações portuárias realizadas no País até hoje.

Autonomia será retomada, diz Tarcísio Gomes de Freitas

A Autoridade Portuária de Santos está prestes a aumentar sua autonomia administrativa. Segundo o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, a estatal “caminha a passos largos” para garantir novas atribuições.

Entre as atribuições que poderão retornar à Autoridade Portuária, estão a elaboração de editais de novos arrendamentos.

Mesmo assim, o governo aposta na desestatização da administração do cais santista. Para o ministro, será uma forma de garantir governança e dar gestão profissional permanente ao com-

plexo. “A gente blinda essas estruturas desses solavancos e dessa descontinuidade que faz parte da política. A história fala por si. Hoje é o governo Bolsonaro, amanhã não é mais. Amanhã chega alguém que não tem essa mesma coragem e entrega o Porto para um partido. A gente já sabe o que deu errado”, afirmou Freitas.

ACESSOS

A Autoridade Portuária de Santos deverá assinar, nas próximas semanas, o contrato para a elaboração do projeto-executivo das obras federais na nova entrada de Santos. De acordo com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, serão investidos R\$ 600 milhões nas mudanças no acesso rodoviário, que incluem a construção de dois viadutos. Esta é uma etapa importante, principalmente diante da entrega do novo sistema viário da entrada da Cidade pela Prefeitura de Santos. Tarcísio ainda anunciou que o Governo do Estado deve apresentar, no próximo mês, as alterações feitas no projeto de uma ponte ligando as duas margens do Porto. O ministro reafirma a sua preferência pela implantação do túnel submerso. Para ele, “ponte não combina com porto” pelos riscos que pode trazer à navegação. Por conta disso, o Governo Federal pretende incluir a construção do empreendimento no processo de desestatização da administração do Porto de Santos.

LEIA+ 
atribuna.com.br

PORTO & MAR 2020
SEMINÁRIO A TRIBUNA PARA O DESENVOLVIMENTO DO PORTO DE SANTOS

AMA
Assoc. das Empresas do Distrito Industrial e Portuário da Alemoa

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SANTOS
1910

BOWLINE
MARINE & CARGO CONSULTANTS

Concais S.A.
O marco da Integração Porto-Cidade

ecoPORTO SANTOS

Eldorado Brasil

PRATICAGEM SÃO PAULO

SAMMARCO
ADVOGADOS

SOPESP
SINICÓRIO DAS EMPRESAS PORTUÁRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Van Oord
Marine ingenuity